

CLUBES DE MÃES E EDUCAÇÃO POPULAR: REFLEXÕES ACERCA DAS RESISTÊNCIAS TECIDAS NA(S) PERIFERIA(S)

MOTHERS' CLUBS AND POPULAR EDUCATION: REFLECTIONS ON THE RESISTANCE WOVEN IN THE PERIPHERY(S)

CLUBES DE MADRES Y EDUCACIÓN POPULAR: REFLEXIONES SOBRE LAS RESISTENCIAS TEJIDAS EN LA(S) PERIFERIA(S)

Danielle Willeman Sutil de Oliveira¹

Resumo: Ao longo de décadas, diversas mulheres passaram despercebidas e foram ocultadas de grande parte das análises geográficas, ainda que estas sempre tenham estado presentes nas produções espaciais e territoriais. Neste artigo refletimos sobre os processos de educação popular promovidos pelos clubes de mães (presentes nas periferias desde a década de 1970) e seus impactos na formação das territorialidades e resistências existentes nestes bairros. Para tanto, fizemos uso de levantamento bibliográfico extenso sobre a temática, tecendo reflexões desde uma perspectiva interseccional e feminista. O artigo encontra-se estruturado em três partes. Primeiramente problematizamos que corpos resistem nas periferias apresentando estas espacialidades a partir de uma leitura interseccional. Em seguida, fizemos um levantamento e reflexão sobre o surgimento e estabelecimento dos clubes de mães nas diferentes periferias brasileiras, destacando seu papel na organização feminina e periférica desde as décadas de 1970. Por fim, estabelecemos a relação existente entre os clubes de mães e a educação popular, demonstrando que ambos foram fundamentais para a resistência cotidiana tecida por estas mulheres através de diferentes gerações e para a formação sócio territorial de seus bairros.

Palavras-chave: Clube de Mães; Periferia; Educação Popular; Mulheres.

Abstract: Over the decades, many women have gone unnoticed and hidden from much of geographic analysis, although these have always been present in spatial and territorial productions. In this article, we reflect on the popular education processes promoted by the mothers' clubs (present in the periphery since the 1970s) and their impacts on the formation of territorialities and resistances existing in these neighborhoods. In order to do so, we made use of an extensive bibliographic survey on the subject, weaving reflections from an intersectional and feminist perspective. The article structured in three parts. First, we problematize which bodies resist in the peripheries, presenting these spatialities from an intersectional reading. Then, we surveyed and reflected on the emergence and establishment of mothers' clubs in different Brazilian peripheries, highlighting their role in female and peripheral organization since the 1970s. Finally, we establish the relationship between the mothers' clubs and popular education, demonstrating that both were fundamental for the daily resistance woven by these women through different generations and for the socio-territorial formation of their neighborhoods.

Keywords: Mothers' Club; Periphery; Popular Education; Women.

Resumen: A lo largo de las décadas, varias mujeres pasaron desapercibidas y fueron ocultadas de la mayoría de los análisis geográficos, a pesar de que siempre han estado presente en las producciones espaciales y territoriales. En este artículo reflexionamos sobre los procesos de educación popular impulsados por los clubes de madres (presentes en la periferia desde la década de 1970) y sus impactos en la formación de territorialidades y resistencias existentes en estos barrios. Para ello, nos valimos de un extenso levantamiento bibliográfico sobre el tema, tejiendo reflexiones desde una perspectiva interseccional y feminista. El artículo está estructurado en tres partes. Primero, problematizamos qué cuerpos resisten en las periferias, presentando estas espacialidades desde una lectura interseccional. Luego, realizamos un levantamiento y una reflexión sobre el surgimiento y establecimiento de clubes

¹ Doutoranda em Geografia pela UFPR. Contato: danniwillemann@gmail.com.

de madres en diferentes periferias brasileñas, destacando su papel en la organización de mujeres y de la periferia desde la década de 1970. Finalmente, establecimos la relación entre los clubes de madres y la educación popular, demostrando que ambas fueron fundamentales para la resistencia cotidiana tejida por estas mujeres a través de diferentes generaciones y para la formación socio territorial de sus barrios.

Palabras Clave: Club de Madres; Periferia; Educación Popular; Mujeres.

Introdução

Ao longo de nossas pesquisas de mestrado e doutorado nas periferias da cidade de Curitiba/PR sempre nos questionamos: qual é a cara, o jeito e o corpo da periferia brasileira? Quem tem origem em contextos periferizados – longe dos estereótipos propagados pelos grandes meios de comunicação – traz na memória diferentes imagens que aqui poderiam ser destacadas. Todavia, é possível afirmar que em todas elas figuras femininas irão aparecer, uma vez que estas são presença certa e constante na vida cotidiana destas comunidades.

Afinal, de quem são os corpos que cotidianamente preparam os alimentos e saem em busca de melhores preços nos diferentes mercados, vendas e feiras? De quem são os olhos que ora cuidam, ora procuram, buscando zelar pela segurança daqueles pequenos que brincam despreocupadamente nas calçadas e ruas dos bairros? De quem é a voz que brada, grita e reivindica condições dignas de emprego, moradia, saúde e educação? De quem são as pernas que andam apressadas pela casa e pela rua buscando atuar nas diferentes esferas (pública e privada)? De quem é o sorriso diante da vitória dos seus ou o choro diante da derrota – inúmeras vezes materializada em um corpo já sem vida em seus braços?

Cada uma destas situações demonstra a presença contínua e permanente de diferentes mulheres no cotidiano da periferia nos trabalhos do acolhimento e cuidado. Porém, quando observamos relatos e estudos acerca destas localidades, não raro somos surpreendidas com a falta-inexistência-ocultamento de referências às mesmas, fazendo-nos perguntar o porquê desta invisibilidade. Se para nós é tão evidente sua presença, por que a maioria dos estudos escondem e/ou desconsideram tais mulheres? Se nos parece óbvio a presença destas mulheres nas periferias, por que suas lutas e reivindicações caem no esquecimento, evidenciado pela quase ausência de relatos e registros? Se são os corpos femininos que majoritariamente formam barricadas de resistência e esperança, por que são excluídos-ocultados das análises, reportagens e manchetes que estampam as mobilizações dos periferizados?

Estas primeiras provocações servem para contextualizar nosso ponto de partida nesta reflexão, uma vez que a emergência do sujeito ocultado se faz essencial para que as espacialidades produzidas por estas mulheres possam ser evidenciadas e destacadas. Assim, reiteramos que a periferia urbana brasileira é composta por uma diversidade de corpos, marcados como outros, que produzem territorialidades que serão sumariamente ocultadas, estando dentre elas as inúmeras mulheres que ali produzem e reproduzem suas vidas no ritmo diário da mesma.

Logo, evidencia-se deste já a necessidade de elaborarmos uma leitura interseccional do espaço, uma vez que estes corpos são atravessados por inúmeras estruturas e esferas de poder que irão atingi-los de diferentes formas e intensidades. Carla Akotirene (2019) expressa que a interseccionalidade se refere, antes de tudo, a uma “[...] lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (p. 63). Ou seja, auxilia a compreender como as diferentes bases de opressão irão conformar nossos corpos, fato que ocorre de modo simultâneo e complementar, causando camadas de invisibilização e negação.

A autora também destaca que a interseccionalidade exige orientação geopolítica, contextualizando, nos espaços e tempos, diferentes corpos femininos. Ora, é justamente a partir de tal contextualização que vemos a possibilidade de compreender a realidade de modo complexo, produzindo e ordenando o pensamento de modo a buscar explicar às contradições e resistências que se desenrolam nas localidades. Pensar a periferia desde a interseccionalidade em uma perspectiva política permite destacar a existência destas diferentes mulheres que, a partir de seus próprios cotidianos, organizaram formas de existir e resistir em suas localidades, garantindo não somente a sua sobrevivência, mas também de sua prole e comunidade.

Além disto, Eliane Martins (2016) destaca que, sendo rostos marcantes das periferias, identificar as falas geradoras destas mulheres, seus temas e potencialidades de luta, representa um grande desafio para o processo de educação popular. Ainda que nem sempre destacada em discussões sobre a organização destes grupos, a educação popular e suas ferramentas permeia estes espaços desde seu surgimento – intrínseca a estas experiências – sendo necessário compreender que seu impacto se deve, inclusive, por uma abordagem diversa e interseccional da realidade, na qual existe uma infinidade de sujeitos com trajetórias únicas, que se somam às lutas por vidas dignas e com acesso pleno a direitos.

Esta abordagem se torna ainda mais necessária quando consideramos os ensinamentos, ferramentas e conhecimentos construídos coletivamente nos espaços de mobilização de mulheres nas periferias urbanas – em especial os clubes de mães – que socializam e repassam inúmeras pautas e técnicas de resistência para permanecer em seus territórios. Patricia Hill Collins (2019) demonstra a potência desta socialização a partir dos chamados saberes coletivos de mulheres negras que, a partir da memória e socialização de conhecimentos-experiências, vão construindo contra-narrativas sobre a realidade. Ainda que guardando algumas proporções, percebe-se que estes saberes coletivos também são encontrados e disseminados em processos de educação informal e não formal como estratégias de sobrevivência nas periferias urbanas brasileiras, garantindo a presença destes considerados ‘outros’ na linguagem, na cultura e no cotidiano, “costurando” trajetórias impactadas por questões de raça, classe, gênero, localização geográfica, idade etc. Por isso, no presente artigo fizemos uma leitura interseccional do espaço, partindo de uma postura epistemológica feminista e crítica.

Dito isto, destaca-se que o objetivo principal do artigo foi elaborar uma reflexão sobre os processos de educação popular promovidos pelos clubes de mães, presentes nas periferias brasileiras desde a década de 1970 e seus impactos na formação das territorialidades e resistências existentes nestes bairros. Para isto, primeiramente problematizamos qual/quais corpo/corpos resistem nas periferias, aprofundando as questões levantadas nesta breve introdução e apresentando estas espacialidades. Em seguida, fizemos uma sistematização a partir de análise documental acerca do surgimento e estabelecimento dos clubes de mães nas diferentes periferias brasileiras, destacando seu papel na formação educacional não formal, além da organização feminina e periférica desde as décadas de 1970. Por fim, estabelecemos a interdeterminação existente entre os clubes de mães e a educação popular, a partir educação não formal, demonstrando que este processo foi fundamental para a resistência cotidiana tecida por estas mulheres através de diferentes gerações, sendo ainda hoje essencial para permanecer nestas localidades.

Quem resiste na periferia? Uma leitura interseccional do espaço desde a perspectiva feminina

Como relatado, podemos dizer que a periferia urbana é notadamente marcada pela presença feminina formada por diferentes etnias, raças, sexualidades e modos de estar/ser no mundo. Ainda que muitas vezes estas localidades sejam colocadas numa posição de não existência, por meio de uma generalização do outro – tomado em abstrato, sabe-se que as dinâmicas ali estabelecidas representam parte significativa de nossa sociedade – tanto no que tange à sua manutenção, uma vez que a maior parte da mão de obra ali se encontra, quanto no que se refere a outras projeções de futuro, visto que neste mesmo lugar se manifestam resistências que constroem alternativas às políticas de precariedade impostas.

Segundo Raul Zibechi (2015), as verdadeiras protagonistas do mundo popular na década de 1970 correspondiam às mulheres-mães mobilizadas em seus bairros, buscando assegurar a vida cotidiana. Isto porque foram elas que, de maneira organizada, reivindicaram os serviços essenciais e prioritários para a nova localidade de moradia, assegurando o mínimo para existirem nas mesmas. Do mesmo modo, Marília Spósito (1993) explicita o papel das mulheres na conquista da escola pública em São Paulo, visto como um espaço que materializava suas esperanças para um futuro mais promissor.

Estas duas referências indicam que as mobilizações nas periferias foram e muitas vezes são protagonizadas massivamente por mulheres, sendo sua “ausência” em narrativas e pesquisas acadêmicas resultantes de embates desenvolvidos pela comunidade científica que, tal como expresso por Joseli Silva (2009), criam hierarquias e dependências, ratificando o poder de grupos hegemônicos.

Para romper com este modo de pensar e refletir sobre o mundo precisamos partir de uma epistemologia que considere as diferenças existentes entre estes corpos e compreender que os mesmos ocupam lugares distintos e são atingidos por diferentes estruturas de opressões que chegam até eles em diversas intensidades e profundidades. Silva; Ornat e Junior (2016) afirmam que

[...] Uma das primeiras lições que tivemos foi a de que a pobreza das cidades não é homogênea, e que a classe não era a única identidade que promovia os processos reivindicatórios pela cidade. As reuniões nas periferias repletas de mulheres, muitas delas negras, traziam problemas de falta de creches, escolas, de segurança de si e dos filhos, que implicavam uma intersecção entre classe e a condição feminina e de raça. (ORNAT; JÚNIOR, 2016, p. 15)

Ao demonstrar que os moradores das periferias para além do recorte econômico de classe, possuíam outras características que, nas sociedades capitalistas colocavam em situação hierárquica inferiorizada, é possível evidenciar outras características identitárias dos mesmos, entendendo tanto sua potência em termos de elaboração de estratégias de resistência como os principais ataques que lhes atingem. Isto porque ser mulher, negra e periférica neste país escravocrata, de capitalismo dependente significa passar por duplas, triplas, inúmeras invisibilizações e opressões, fazendo com que sua vivência no espaço também seja pautada por diferentes estratégias de luta.

Dito isto, observa-se que uma leitura sobre a produção da periferia, dada a diversidade e as características dos sujeitos que a habitam, deve considerar a interseccionalidade que a compõe, uma vez que através dela se compreende de modo integrado as diferentes opressões que atingem os corpos que ali estão, e como estes respondem a tais ataques. Para Collins (2021) o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica permite utilizar e considerar as experiências e lutas de grupos privados de direito, fazendo com que ela tenha catalisado “[...] novas interpretações sobre trabalho, família, reprodução e constructos sociais semelhantes” (p. 57).

A autora também expressa que os marcos interseccionais auxiliam a revelar as maneiras como as políticas públicas favorecem as desigualdades sociais, logo, a leitura a partir da intersecção de categorias de gênero, raça e classe, entre outras, permite entender quem são os corpos marcados e subjugados em nossa sociedade. Do mesmo modo, Lélia González (2020) também aponta para a necessidade de uma leitura interseccional ao reforçar que as categorias utilizadas por diversos textos feministas que tratam da situação de mulheres das camadas mais pobres não atentam para a opressão racial, neutralizando, desta forma, o problema da discriminação racial. Ora, é por este motivo que interessam os corpos e contextos – temporais e espaciais – que compõem o cotidiano das periferias urbanas, uma vez que esta relação, constante e permanente, interfere no modo como a produção do espaço irá ocorrer. Em outras palavras, acredita-se que as ações impressas pelos sujeitos no território, e aqui em especial pelas mulheres nas periferias urbanas brasileiras, produziram um espaço outro, materializado no cotidiano e exposto em suas peles. As ações, segundo Ribeiro (2014) são a *práxis* humana, sendo atividades que são produzidas e reproduzidas a partir de valores e sentidos específicos, que visam transformar a realidade.

São inúmeros os exemplos de ações e movimentações produzidas por estas mulheres em seu fluxo diário do viver e cuidar das vidas, e neste artigo destacamos aquelas produzidas a partir dos Clubes de Mães existentes em diferentes territorialidades do Brasil. Isto porque através de seus encontros – culturais, de discussão, de mobilização ou para conversar – estas mulheres questionam a realidade na qual estão imersas, debatem soluções comunitárias e passam a reivindicar melhorias em seus bairros, sendo importante instrumento de mobilização das mesmas, produzindo contra-narrativas a partir da educação popular.

É importante destacar que as localidades na qual vivem suas vidas se caracterizam por uma constante exposição a políticas de precariedade – por parte do capital e do Estado – caracterizadas, segundo Judith Butler (2019), pela condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizada destas pessoas à situações de violência (pessoal e institucional), fome, desemprego, não reconhecimento, falta de saneamento e condições dignas para morar e se locomover.

Em outras palavras, estas populações serão atacadas diretamente em seus territórios, a partir da destruição de seus locais de moradia expressa pelas desapropriações de terra vinculadas ao processo de especulação imobiliária, pela dificuldade na regularização fundiária, por tentativas de destruir seus corpos – através da falta de alimentos, subempregos, falta de assistência médica, políticas de extermínio em nome da ‘segurança’, entre outros. A resposta a estes ataques diretos e constantes ocorre através do grito e da mobilização desta população, protagonizada majoritariamente por mulheres, que reverberam suas vozes e colocam seus corpos na rua até que sejam vistas e ouvidas, rompendo a invisibilização sumariamente imposta. Assim, a partir de uma leitura interseccional do espaço constata-se que as mulheres constituem importantes protagonistas na produção e reprodução das periferias urbanas, sobretudo no que se refere ao trabalho reprodutivo não pago, sendo sua mobilização essencial na conquista de diferentes direitos, de espacialidades e de possibilidade de viver. No próximo item vamos entender como o clube de mães torna-se instrumento de mobilização e organização destas mulheres, potencializando suas ações em seus territórios.

Espaço, resistência e organização popular: o clube de mães como local de reverberação das vozes das mulheres periferizadas

Os conhecidos clubes de mães surgem num contexto político brasileiro marcado pela restrição de liberdade política e social presente na ditadura militar brasileira, sendo alternativa para que mulheres das classes trabalhadoras pudessem se reunir, fazer formação política de base e pensar em como resistiriam às políticas de precariedade a que estavam sendo expostas. Segundo Carlos Diniz (2018) estas organizações surgem na zona sul de São Paulo durante as décadas de 1970 e 1980, contudo, suas mobilizações, trajetórias e memórias são escassamente registradas na academia e em documentos oficiais.

Assim, não é por acaso que ao longo das últimas décadas exista uma emergência e esforço para produção de trabalhos que explicitem a importância e centralidade destes movimentos construídos por ‘sujeitos esquecidos’ e pouco lembrados no meio acadêmico científico tradicional. O registro destas trajetórias espaço-temporais caminha no sentido da construção de um conhecimento situado, que tenha compromisso político e intelectual com todas que nos antecederam, as que estão ao nosso lado e aquelas que virão posteriormente.

Para Juddy Moron (2021) os clubes da zona sul surgem nas periferias a partir da não conformação de diferentes mulheres com o silêncio perante situações que ocorriam naquele momento. Estas situações iam desde as limitações de liberdade, impedindo que pudessem expressar suas opiniões políticas até a falta de materiais básicos para sua existência, num período em que uma significativa parcela da população encontrava-se em situação de fome, de desemprego e/ou miséria.

Ao se mobilizarem e compreenderem as problemáticas ali existentes estas passam então a denunciar e reivindicar condições para que seus corpos possam permanecer vivos, saudáveis e em seu território – assim como os corpos e vidas de seus familiares e comunidades. Neste sentido, registra-se o papel dos clubes de mães na construção do Movimento Custo pela Vida – do qual participavam também as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e Associações de amigos do bairro – que, de casa em casa, realizavam abaixo assinados e discutiam as pautas dos movimentos em suas oficinas de artesanato.

Ora, o Movimento Custo pela Vida constituiu-se como resposta ao contexto de escassez em que as classes trabalhadoras da periferia se encontravam, devido às políticas econômicas de exploração do trabalho, construídas num processo de abertura do Brasil ao capital estrangeiro no período da industrialização dependente. Percebe-se então que a falta de políticas públicas para as camadas populares as coloca em uma intensa situação de vulnerabilidade, obrigando-as a se organizarem coletivamente a fim de reivindicar as condições mínimas para que possam se manter vivas.

Os clubes foram protagonizados por mulheres que encontravam-se em constante enfrentamento contra as biopolíticas e necropolíticas voltadas para o controle e extermínio em seus territórios. A inversão destas necropolíticas se constituía sob a forma de políticas comunitárias, que visavam fortalecer os laços solidários e garantir o alimento, a segurança, a moradia, as creches, escolas, entre outros direitos para toda a população do bairro. Os sopões comunitários, as creches populares, os bazares e inúmeras hortas coletivas surgem neste período pela organização destas mulheres que, a partir de seus encontros, percebem a potência de somar suas forças.

Assim, os diferentes clubes surgiram com objetivos diversos, dentre os quais encontrava-se o despertar para as lutas nos bairros, em busca de direitos e políticas historicamente negados as periferias. Para tanto, encontraram diferentes formas de se fazer ouvir pelas autoridades, desde idas para a prefeitura até mobilizações que ocupassem de alguma forma espaços públicos – para que chamassem a atenção para suas pautas.

Butler (2019) expressa que

[...] quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária. (p. 17)

Se considerarmos o constante apagamento e negação destas existências, o estar na rua e nos espaços públicos significam ações que, ao mesmo tempo, reforçam sua materialidade e explicitam as violências a que estão expostas as classes populares, trazendo para o plano do visível a dignidade negada e reivindicando a respostas às problemáticas ligadas à exclusão.

A autora também afirma que só se pode persistir e agir quando estamos apoiados pelos coletivos existentes nos ambientes, expondo a impossibilidade de haver vida sem um suporte social, sem direitos coletivos e redes de interdependência e cuidado. É aqui que novamente entram os clubes de mães, como espacialidades que possibilitaram a união e fortalecimento de cada mulher, anteriormente isolada. Os encontros de artesanato e oficinas fizeram com que criassem sua própria rede de cuidados, permitindo somar esforços para reivindicar transformações.

Tal união forma-se, segundo Moron (2021), pela busca destas mulheres por uma convivência mais solidária, que consistiria em uma estratégia de sobrevivência fundamental para a existência dessas mulheres, marcadas por diferentes formas de violência e opressão. O rompimento do silêncio entre estas fez com que pudessem se reconhecerem nas dores e nas trajetórias vividas, mesclando as batalhas que seriam trilhadas a partir destes encontros.

Aqui é importante compreendermos o papel da intergeracionalidade existente nestes espaços, ou seja, das diferentes gerações de mulheres que ali se encontram e também da centralidade da figura da ‘mãe’ nos bairros populares, uma vez que a própria existência de diferentes clubes de mães demonstra isto. Martins (2016) expressa em seu texto que a ‘mãe’ é um sistema de resistências, quase uma instituição, pois na sua figura condensam-se dois aspectos fundamentais da vida humana: o biológico (voltado ao cuidado corporal) e o psíquico (a mãe nunca desaparece).

Ou seja, em um país no qual inúmeras crianças não possuem registro de seus pais nas certidões de nascimento e que homens abandonam suas famílias por diferentes e variados motivos, o ser mãe representa mais do que um status familiar, mas significa um conjunto complexo de entendimentos, de certezas e de valores de que é preciso esperar e lutar por um outro mundo, sem nunca fugir das batalhas para a sobrevivência. É pensando nesta potência que podemos perceber porque estes espaços permanecem resistindo nos territórios, após várias gerações passarem por suas formações. Percebemos, pelo contato com o Clube de Mães da Vila Torres, que ao participarem das atividades estas mulheres vão contando suas histórias e experiências, tomando para si o ‘poder de decidir’ que para muitas encontrava-se escondido ou lhes tinha sido retirado.

O papel dos clubes é então, de modo prioritário, auxiliar no processo de autoreconhecimento destas mulheres, lembra-las da força coletiva existente em suas históricas trajetórias e do quanto já superaram para que permanecessem vivas. Longe de romantizar a miséria ou o sofrimento, os clubes sempre buscaram politizar a situação de precariedade vivida, entendendo que a pobreza não representa uma espécie de castigo divino, mas é responsabilidade de uma sociedade capitalista excludente e individualista.

Diniz (2018) expressa que os clubes, nos anos 1990, foram extremamente importantes em termos de afirmação e cobrança da presença do Estado e das políticas públicas, além de terem deixado um legado da ‘identidade da periferia’. Logo, a criação de uma consciência de pertencimento a um lugar que, ainda que em situação de precariedade, é onde se vive. Com isto, percebe-se que os clubes e suas militantes foram centrais na construção das territorialidades periferizadas politizadas, entendendo-as como espaços diferentes do centro, no qual era possível pensar outras lógicas do urbano.

Ora, segundo Zibechi (2015), as lógicas domésticas existentes nos bairros populares criam outro ritmo e outros valores para estes espaços, fazendo com que as mulheres-mães sejam as protagonistas do mundo popular, pois passam a se mobilizar para assegurar a vida cotidiana. São inúmeros os relatos de clubes e organizações de mães que surgem ao longo das décadas de 1970, 80 e 90, grupos que permanecem ativos até hoje e que renovam sua agenda de luta à medida em que avançam em sua caminhada.

Para além de todo o exposto, estas organizações foram ainda responsáveis por demonstrar que as mulheres – principalmente mães – poderiam lutar e se organizar politicamente, ainda que adaptando seus horários e agendas para conciliar com sua dupla/tripla jornada. Mulheres em situação de extrema vulnerabilidade e que se sentiam/sentem desamparadas puderam reencontrar sua voz, se fazendo ouvir. Foram suas estratégias e armas de luta que garantiram a abertura de creches e auxílios do poder público para sobrevivência da população periferizada. Enfim, os clubes de mães se tornam instrumento semelhante a ‘megafones’ que rompem o silêncio opressor imposto pelo sistema capitalista.

Paulo Freire (2011) expressa que

[...] A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*. (FREIRE, 2011, p. 108)

Além disto, o autor complementa lembrando que os grupos humanos se fazem na palavra e na ação-reflexão. Com isto, ao organizarem-se coletivamente estas mulheres passam a pronunciar suas palavras, encontrando frases que expressem suas observações e sensações acerca do espaço que as cercam. É através de diálogos e conversas coletivas que os caminhos para as respostas vão sendo construídos, transpassando situações anteriormente vistas como limites, e avançando em direções novas. Aqui vemos a importância e potencialidade existente nestes espaços de encontro para oficinas – cujas formas sempre variaram entre cafés, oficinas de artesanato, encontros, entre outras manifestações que incluem na pauta política uma riqueza do viver e da arte.

Neste tópico discutimos o contexto no qual os clubes de mães surgem, demonstrando a potencialidade destes espaços para a autorreflexão das mulheres participantes e o papel de suas integrantes na conquista de políticas públicas para população periferizada. No item que segue dedicamos um momento para compreender como as práticas e ações ali desenvolvidas conectam-se à dimensão da educação popular, trazendo para o cotidiano destes bairros novas leituras de mundo e de palavra.

Práticas cotidianas e a produção de territórios: a educação popular como ferramenta de luta e emancipação

Como bem destacado anteriormente as comunidades periféricas, principalmente a partir da década de oitenta, representam lócus de produção e reprodução de resistência ao sistema excludente e de precariedade implementados nas cidades brasileiras. A necessidade de lutar pelo acesso à direitos e serviços básicos leva diferentes sujeitos a se organizarem coletivamente, encontrando alternativas e construindo ferramentas e estratégias em meio a um cenário de repressão política no âmbito da ditadura militar.

É neste contexto que os clubes de mães e associações de moradores – bem como as CEBs – ganham destaque nas mobilizações do período, instrumentalizando, através de diferentes práticas educativas populares, sujeitos, para que pudessem reivindicar seu direito a estar e ser nas cidades com dignidade. Assim, ainda que a maior parte da população ali presente não tivesse acesso à educação formal, tais espaços possibilitaram diferentes aprendizados educativos – que iam desde a compreensão dos direitos até da escrita e da leitura.

Ora, Diniz (2018) expressa que o pouco acesso à educação formal no decorrer da vida das participantes nos clubes podia ser compensado nos cursos e formações promovidos ali nos espaços populares, auxiliando-as inclusive em sua posterior entrada na escola. A prática da educação popular, que emancipa quem ali se encontra, possibilitou que diferentes mulheres voltassem e conquistassem seu espaço em bancos de escolas e cursos superiores, para que posteriormente continuassem trabalhando para melhoria de seus bairros.

Isto porque essa prática parte da compreensão de quem somos e de onde estamos, sabendo das estruturas de exclusão que encontram-se em nosso meio. Freire (2011) expressa que “[...] só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser” (p. 34), levando a perceber que a prática educativa não remete necessariamente ao espaço em que é promovida mas às diversas formas como é adaptada e construída.

Num contexto social e espacial no qual uma significativa porcentagem da população encontrava-se longe da educação formal, construir localidades de educação popular – fossem não-formais ou informais – representava instrumentalizar os sujeitos para que pudessem ter autonomia de construir horizontes mais amplos a partir da compreensão de seu cotidiano e da elaboração de perspectivas futuras, ainda mais em localidades em que o poder público deixava de estar presente. Assim, as oficinas e encontros realizados ao longo de décadas foram ações contínuas e centrais nas construções territoriais voltadas à dignidade nestes bairros.

Além disto, destaca-se aqui o papel da construção cotidiana dos clubes nestas localidades, uma vez que o cotidiano representa o ritmo pelo qual estas comunidades vão desenvolvendo suas estratégias de luta. Ora, Agnes Heller (1985) explica que é impossível para qualquer ser humano viver sua vida fora da esfera do cotidiano, ao passo que Henri Lefebvre (1991) demonstra que é nesta dimensão que se cumpre o ajustamento de significantes e significados, ou seja, é nesta esfera que as ações desenvolvidas diariamente ganham sentido, fazendo com que percepções, compreensões e territorialidades se criem neste processo.

Segundo Marcos Saquet (2015)

[...] a territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre seus sujeitos e entre estes com seu lugar de vida. (SAQUET, 2015, p. 83)

Logo, os territórios são criados e recriados a partir de diferentes relações e esferas de poder, abrangendo desde questões culturais e econômicas até disputas políticas – sejam estas institucionais/estatais ou populares. O fato é que nenhum território pode ser construído sem territorialidade, e sem as identidades territoriais de sua população, o que demonstra novamente o caráter central exercido pelos clubes e associações para a formação e compreensão das identidades dos sujeitos periferizados.

A construção de uma identidade coletiva e resistente é realizada então por meio da chamada educação popular, que se realiza principalmente nos ambientes não formais e informais, representados aqui pelos clubes de mães. Maria da Glória Marcondes Gohn (2002) afirma que nos anos setenta e oitenta a Educação Popular atuava sobre um enorme leque de demandas das populações, desde a falta de moradia e loteamentos clandestinos, passando pela ausência de creches e postos de saúde, e chegando inclusive à inexistência de esgotos, cemitérios e postos de abastecimento de alimentos.

Logo, nesse período de extrema escassez, a educação popular foi utilizada como forma de abordar diferentes temáticas nas comunidades, a fim de que as classes populares conseguissem chegar a respostas ou construir estratégias para reverter o quadro de miséria e exclusões vivenciado. À medida em que as pautas iam sendo conquistadas ou amenizadas outras problemáticas eram postas como prioritárias, fazendo com que a mobilização e resistência sempre estivessem presentes nestes locais. Além disto, observou-se que a educação popular tornava possível debater questões cotidianas de modo crítico, politizado e contextualizado, sendo adotada e reforçada nas mais diferentes comunidades expostas à precarização.

Esta forma de educar relaciona-se à busca de uma camada da população que começava a sentir-se incomodada com sua situação ‘menor’ no mundo. Esta concepção também pode ser observada em Freire (2018) quando o educador expressa que a Educação Popular refere-se a uma certa classe social, sendo, no sentido mais radical, caminhos tanto no campo do conhecimento como no campo político, através dos quais as classes populares encontrem – no futuro – o poder. É necessário destacar que este poder vem de uma transformação e ruptura com o modelo de mundo existente, no qual as classes populares são deixadas à margem e excluídas dos processos políticos, sociais e espaciais. Aqui a importância de uma educação que centre o sujeito periferizado, partindo de sua perspectiva de mundo, demonstrando que a luta pode modificar o cenário no qual está atualmente imerso.

Por fim, Gohn (2002) reforça quatro dimensões abarcadas nestas práticas educativas: o ser, o conhecer, o conviver e o fazer, sendo cada uma delas importante para o desenvolvimento de práticas comunitárias de resistência. Em um ambiente no qual o viver ancora-se na organização conjunta e na conquista diária do pão, o conhecimento gerado a partir da educação popular é arma para sujeitos que até então encontravam-se individual e coletivamente subjugados.

Vejamos, para a autora:

[...] O ser – tem a ver com a competência individual. É o desenvolvimento da auto estima, a auto-confiança, diz respeito à identidade individual; se insere no universo da capacidade do indivíduo de conduzir sua vida, de propor, de fazer auto-crítica, de ter um ideal, de estabelecer metas, etc; (GHOHN, 2002, p. 58)

Sendo assim, a educação popular – não formal – construída nos clubes de mães permite, num primeiro momento, se entender enquanto sujeito no mundo, um sujeito que possui valor, que ocupa um espaço no globo, que tem direitos e necessidades. Esta construção de si – relacionada

às oficinas de maquiagem e cabelos, bazares de roupas e sapatos, aulas sobre higiene bucal e corporal – são construídas a fim de humanizar estas mulheres e demais sujeitos que ali se encontravam, uma vez que as políticas de precariedade atingem primeiramente esta dimensão de suas vidas – retiram-lhes a dimensão humana, minando pouco a pouco sua confiança e autoimagem.

Em seguida Gohn (2002) expressa a dimensão do conhecer que

[...] é o desenvolvimento de competências para saber o que conhecer. Inscreve-se no universo cognitivo, das habilidades didáticas (e autodidatas) dos indivíduos. Tenho que saber o que conhecer para selecionar, tenho que conhecer o que conhecer. Lidar com o conhecimento requer conhecer algo antes, para saber o que devo selecionar (na internet por exemplo). (GOHN, 2002, p. 58)

Ora, dada a quantidade de problemáticas e frentes a serem trabalhadas nos clubes, foi preciso ao longo das décadas uma organização específica para listar as prioridades e demandas a serem aprofundadas. Ainda que muitas questões fossem ditas de alguma forma, não era possível priorizar todas, demonstrando a importância de selecionar conjuntamente que questões e/ou problemáticas representavam maior risco para a população das comunidades e que conhecimentos eram necessários para que pudessem mudar a situação.

O terceiro ponto destacado pela autora é o conviver que, segundo ela,

[...] está na esfera interpessoal, na dimensão da sociabilidade dos indivíduos, no plano das relações que ele desenvolve com o outro, com as pessoas em geral, com a cidade, a nação, etc., são as múltiplas redes tecidas ao longo da vida. Muitas trajetórias individuais se explicam pela rede de relações e amizades que os indivíduos constroem e cultivam ao longo de suas vidas. (GOHN, 2002, p. 58)

Podemos destacar que a convivência entre diferentes mulheres – com trajetórias próprias – nos clubes fortaleceram a dimensão comunitária da luta, uma vez que, apesar de suas individualidades, as mesmas observaram opressões e estruturas excludentes semelhantes em suas vidas, fazendo com que se reconhecessem como classe. O reconhecimento da dor do outro e a compreensão de que se encontram em locais próximos na estrutura de poder permite o rompimento do silêncio, transformando um caminho individual em coletivo, que fortalece tanto as pautas como a força de quem encontra-se na batalha.

Com isto, o conviver representa uma centralidade na produção de identidades territoriais e territorialidades, fazendo com que grupos de pessoas se reconheçam e reivindiquem aquele espaço como seu, lutando para que o mesmo esteja equipado para que possam reproduzir seus modos de vida.

Por fim, Gohn (2002) ainda destaca o fazer, presente no plano das competências produtivas e das habilidades básicas e técnicas do sujeito. É importante destacar que o fazer ganha diferentes significados nas comunidades pois está atrelado tanto ao mercado formal de empregos (no qual ter os conhecimentos técnicos para realizar atividades permite conquistar o sonhado posto de trabalho) como também se relaciona com a construção da luta, na qual fazer é ‘colocar a mão na massa’, indo para além do discurso, organizando-se a partir da práxis.

Ambas as noções de fazer foram amplamente desenvolvidas nas ações implementadas pelos diferentes clubes de mães em suas comunidades, visto que, por um lado, inúmeras oficinas visavam instrumentalizar mulheres para que pudessem ter um posto de trabalho remunerado, garantindo a subsistência de si e de seus filhos (cursos de pintura, de secretariado, de manicure,

entre outros) e, ao mesmo tempo, o fazer também incluía uma rotina diária, de produzir espaços, puxar mutirões de arrecadação (de roupas, alimentos, brinquedos, material de construção), produzir abaixo-assinados e buscar parceiros para melhorar sua comunidade.

Assim, percebemos que a educação popular produzida nestes ambientes possibilitou a concretização de diferentes lutas, trazendo para as comunidades e bairros em que existiam territorialidades próprias, fomentadas a partir da luta e reivindicação destas mulheres organizadas. Desde uma perspectiva de autonomia e resistência, estas mulheres criaram territórios outros de vida que se contrapunham às políticas de morte e precariedade a que estavam expostos pelo sistema e Estado.

Com isto queremos destacar que garantir o pão, a moradia, o direito a falar e o acesso à escola e outras instituições e direitos representam pontos importantes nas identidades tecidas nestes bairros, sendo a figura feminina um símbolo central nesta produção – visto que se encontram no cotidiano da luta e vivência em seus bairros. Tal construção coletiva foi impulsionada pela existência dos diferentes clubes de mães que, através de estratégias produzidas no contexto da educação popular, produziram coletivamente as pautas e as consciências necessárias para que se organizassem enquanto grupo. Neste tópico buscamos apresentar a relação entre estes processos, bem como sua importância para produção de territorialidades nos bairros periferizados.

Considerações

Para Freire (2018) “[...] o fundamental é saber que a luta não se acabou, não se acaba, que, sendo histórica, muda a maneira de apresentar-se, de fazer-se, e por isso tem que ser reinventada em função das circunstâncias históricas e sociais.” (p. 165). A luta para os povos oprimidos e subjugados na sociedade representa fonte de esperança e possibilidade de existência num mundo cujo sistema busca deixá-los na condição de extrema precariedade, quando não relegados à morte.

Ao longo de décadas estas populações – diversas em suas trajetórias e características – encontraram alternativas para permanecerem existindo em seus territórios, ocupando novos espaços e reconstruindo suas comunidades, tendo na luta conjunta a força para reivindicar direitos e condições de vida dignas. As ferramentas e estratégias utilizadas podem ser vistas como receitas, passadas de geração em geração, que alimentam as identidades de seus bairros – ainda que em um cotidiano imerso nas contradições e problemáticas.

Apesar de sua importância e de sua presença em seus bairros, Diniz (2018) afirma que a memória dos Clubes de Mães permanece pouco divulgada, e limitada às pessoas que vivenciaram aquela época e seus próximos. Ou seja, mesmo tendo sido centrais na produção espacial de suas localidades e de sua atual configuração, estas mulheres – e sua organização – permanecem no anonimato, em grande parte pela estrutura que normaliza e homogeneiza os sujeitos que ali se encontram.

Por meio de uma leitura interseccional do espaço é possível compreender quem foram estas pessoas que se dedicaram a construir uma rede de apoio e cuidado para que a vida pudesse acontecer ainda que dentro de condições de precariedade. Tal questão se torna essencial quando pensamos que estes corpos serão os primeiros e principais atingidos por tais políticas, principalmente quando vistos de modo individualizado ou generalizado.

Audre Lorde (2019) relembra que recusar-se a reconhecer a diferença gerada pela intersecção de hierarquias faz com que não sejamos capazes de reconhecer as armadilhas usadas para

neutralizar os diferentes sujeitos, uma vez que as estratégias usadas não são as mesmas. Com isto se torna impossível pensarmos um discurso universal de libertação de mulheres, ou de qualquer outro grupo subalternizado, sendo necessário avançar no encontro de pontos de intersecção, de lutas comuns e empatia nas problemáticas apresentadas pelos coletivos.

Longe de esgotarmos este debate, podemos indicar que a educação popular promovida nos clubes de mães de diferentes periferias do Brasil possibilitou/possibilita a construção de lutas interseccionais nas comunidades – ainda que esta palavra não estivesse ali institucionalmente, uma vez que foi através do reconhecimento das diferenças e das estruturas comuns que as cercavam que puderam construir suas lutas, reivindicações e agenda de atuação. Com isto, destaca-se a potência existente no seio destas comunidades, que a partir de estratégias diversas protagonizam revoluções urbanas, baseadas na práxis da organização coletiva e numa caminhada pautada no esperar e na amorosidade, valores estes promovidos, enriquecidos e construídos nas práticas de educação popular nascidas desta mesma população.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 4º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1º ed., São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade*. 1º ed., São Paulo: Boitempo, 2021.

DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972/1988, 2018, Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, São Paulo.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Compromisso: América Latina e Educação Popular*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2018.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. “Educação Popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma”. ETD – Educação Temática Digital. Campinas, n. 1, v. 4, p. 53-77, dez, 2002.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/ Organização Flávia Rios, Márcia Lima*. 1º Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LEFEBVRE, Henri, 1901-1991. *A vida Cotidiana no Mundo Moderno*, São Paulo: Ed. Ática S.A., 1991.

LORDE, Audre. “Idade, Raça, Classe e Gênero: mulheres redefinindo a diferença.” In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 239-250, 2019.

MARTINS, Eliane de Moura. “Pelos Caminhos Empoeirados das Periferias.” In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (org.). *Estudo feministas, mulheres e educação popular*, Curitiba: Ed. CRV, 2016, p. 245-262.

MORON, Juddy Garcez. “Mães nos Movimentos Sociais: um estudo comparado sobre as mães da praça de maio e os clubes de mães da zona sul de São Paulo”. *Espirafes*, Foz do Iguaçu, Edição Especial, jan, p. 115-132, 2021.

SAQUET, Marcos Aurélio. “Por uma abordagem territorial.” In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, 2. ed, Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 73-94.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da ação/Ana Clara Torres Ribeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN Junior, Alides Baptista “Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos.” In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN Junior, Alides Baptista (org.). *Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças*. Ponta Grossa: Todapalavra, p. 13-30, 2016.

SILVA, Joseli Maria. “Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica.” In: SILVA, Joseli Maria (org). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta grossa: Todapalavra, p. 55-92, 2009.

SPÓSITO, Marília Pontes. *A Ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas/Raúl Zibechi*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.